

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
LICENCIATURA

AILTON ANDERSON DE SOUZA
LUIZ HENRIQUE AMORIM DE SOUZA
RICARDO JORGE NUNES DOS SANTOS JÚNIOR

**OS DESAFIOS DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO
FÍSICA NO PROCESSO DA INCLUSÃO ESCOLAR**

RECIFE/2024

AILTON ANDERSON DE SOUZA
LUIZ HENRIQUE AMORIM DE SOUZA
RICARDO JORGE NUNES DOS SANTOS JÚNIOR

OS DESAFIOS DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO DA INCLUSÃO ESCOLAR

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Professor Orientador: Me. Juan Carlos Freire.

RECIFE/2024

AILTON ANDERSON DE SOUZA
LUIZ HENRIQUE AMORIM DE SOUZA
RICARDO JORGE NUNES DOS SANTOS JÚNIOR

OS DESAFIOS DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO DA INCLUSÃO ESCOLAR

Artigo aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em Licenciatura em Educação Física, pelo Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, por uma comissão examinadora formada pelos seguintes professores:

Prof.º Me. Juan Carlos Freire
Professor(a) Orientador(a)

Prof.º Titulação Nome do Professor(a)
Professor(a) Examinador(a)

Prof.º Titulação Nome do Professor(a)
Professor(a) Examinador(a)

Recife, ____/____/____

NOTA: _____

Dedicamos esse trabalho a nossos pais.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”
(Paulo Freire)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1 A trajetória da Educação Inclusiva no Brasil	10
2.2 A Educação Física Inclusiva.....	12
3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	14
4 RESULTADOS.....	16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS.....	23

OS DESAFIOS DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO DA INCLUSÃO ESCOLAR

Ailton Anderson de Souza
Luiz Henrique Amorim de Souza
Ricardo Jorge Nunes dos Santos Júnior
Juan Carlos Freire¹

Resumo: A Educação Física apresenta um viés importante no processo de ensino e aprendizagem que é a adaptação de atividades diante das limitações e individualidade de cada estudante, respeitando as habilidades que cada estudante apresenta seja portador de necessidades especiais ou não. portanto de uma maneira prática, constrói os alicerces da inclusão que precisam ser cada vez mais consolidados pelos professores ainda que se façam presentes desafios no contexto educacional brasileiro. O estudo tem como objetivo geral, identificar os desafios da inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física. O percurso metodológico adotado foi delineado por uma pesquisa de caráter qualitativo e bibliográfica, cujos dados foram coletados nas bases eletrônicas: SCIELO e Google Acadêmico, tendo como descritores: Educação Física Inclusiva, Educação Física Adaptada e Educação Física Escolar. Foram captados para análise sete artigos mediante os critérios estabelecidos de inclusão e exclusão. A análise dos artigos evidenciou os principais desafios da inclusão encontrados pelos professores de Educação Física na Educação Básica, como: falta de estrutura física e de material adaptado, falta de apoio por parte de administração escolar, a não continuidade de estudos em formações docentes, o preconceito e estigmas presentes nas salas de aula. Contudo, o professor deve estar atento aos percalços que encontra na sua vida diária para saber adaptar sua realidade educacional com seus propósitos pedagógicos alicerçados na Educação Física Inclusiva.

Palavras-chave: Ensino. Educação Física. Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Física escolar apesar de ter inicialmente um direcionamento para formar alunos atletas, favoreceu o professor trabalhar suas aulas de maneira diversificada promovendo um processo de ensino e aprendizagem além da sala de aula, além da teoria (RODRIGUES, 2003).

Na trajetória de um processo inclusivo educacional na sociedade mundial está a Declaração de Salamanca, na qual se encontra implícito o direito de educação

¹ Professor(a) da UNIBRA. Mestre em Educação Física pela UFPE. E-mail para contato: prof.juanfreire@gmail.com.

para todos. Sendo assim, as pessoas com necessidades educacionais especiais passam a ter um instrumento legal para frequentar a escola, integrando as classes regulares em todos os níveis educacionais (UNESCO, 1994).

No Brasil a base legal para a ocorrência da inclusão em caráter obrigatório é a Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação – LDBEN que através da normatização vem garantindo a integração das pessoas com necessidades especiais à sociedade, além do respeito que merecem independente de sua condição física-motora, psíquica-cognitiva (BRASIL, 1996).

A Educação Física Inclusiva deve ter como eixo o estudante, para que se desenvolvam competências e condições igualitárias, buscando, portanto, estratégias para dirimir a exclusão ou segregação (RODRIGUES; RODRIGUES, 2017).

Ao trabalhar o jogo, esporte, dança, ginástica, nas aulas de Educação Física enaltecendo o lúdico e atividades menos diretivas ocorre naturalmente uma interação entre os alunos independente de apresentarem alguma deficiência ou não, havendo ainda possibilidades de participação de todos no transcorrer das atividades propostas pelo professor (FREITAS; LIMA; RODRIGUES, 2005).

Sendo assim, a Educação Física, participa efetivamente do processo inclusivo, uma vez que, a disciplina constitui parte integrante do currículo escolar e contribui para a formação física, social e cognitiva do estudante, além de ser uma disciplina mais facilmente inclusiva, devido à flexibilidade atribuída em seus conteúdos, denotando um diferencial curricular (RODRIGUES, 2003).

O trabalho realizado com a Educação Física Inclusiva deve criar um modelo mais justo e acolhedor no contexto da Educação Física Escolar possibilitando eliminar a competição e em consequência à exclusão apoiando-se numa Pedagogia cooperativa. Desta forma, o aluno com poucas habilidades poderá ser integrado as atividades e capacitando suas dificuldades (SOLER, 2009).

As atividades físicas e ou esportivas devem considerar as limitações individuais de cada um e o profissional de Educação Física deve estar atento a considerá-las e estudar a melhor atividade a propor de forma individual, mas que englobe desenvolvimento, autoestima, autoimagem, interação de grupos, estimular a independência, se superar e superar qualquer frustração que venha sentir a não conseguindo desenvolver alguma atividade (SILVA *et al.*, 2018).

A prática de atividades físicas seja ela individual ou em grupo, contribui para o desenvolvimento de competências afetivas, éticas, estéticas, cognitivas, de relação

interpessoal e de inserção social. A sua prática, é saúde e deve ser realizada por todos independentemente da idade, como forma de lazer e como forma de prazer (ARTMANN, 2015).

Apesar de existir Leis que direcionam o trabalho de inclusão, os professores principalmente na rede pública de ensino se deparam com desafios estimulantes de uma prática educacional reconhecendo as limitações e habilidades de cada indivíduo e ao mesmo tempo, desafios que num primeiro impacto podem desestimular como a falta de recursos materiais inerentes as atividades da Educação Física Escolar (FREITAS; ARAÚJO, 2014).

Contudo, o professor deve estar atento aos percalços que encontra na sua vida diária para saber adaptar sua realidade educacional com seus propósitos pedagógicos alicerçados na Educação Física Inclusiva.

Assim esse estudo tem como problema de pesquisa: Quais os principais desafios que um professor de Educação Física encontra na sua prática pedagógica mediante o processo de inclusão?

Tendo como objetivo geral: Identificar os desafios da inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física. Enquanto os objetivos específicos são: Descrever a trajetória da Educação Inclusiva e da Educação Física Inclusiva no Brasil; Evidenciar o papel da Educação Física no processo de inclusão na escola; Denotar a importância de uma Educação Física Inclusiva.

A Educação Física apresenta um viés importante no processo de ensino e aprendizagem que é a adaptação de atividades diante das limitações e individualidade de cada estudante, respeitando as habilidades apresentadas sendo portador de necessidades especiais ou não.

Como rechaça Rodrigues e Rodrigues (2017, p. 325) “[...] a Educação Física contribui para a criação e o desenvolvimento de laços de pertença, solidariedade e cooperação, essenciais para a criação de um ambiente inclusivo.”

Assim, a Educação Física de maneira prática constrói os alicerces da inclusão que precisam ser cada vez mais consolidados pelos professores ainda que se façam presentes desafios no contexto da Educação brasileira.

Portanto, a temática em questão é de grande relevância educacional por inquietar reflexões e discussões acerca de um processo de inclusão justo para todos, sejam ou não, portadores de necessidades especiais.

Enfatizando que o professor é a mola propulsora do acontecer, do fazer, do sentir, do permitir na formação global dos estudantes com os quais interage diariamente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A trajetória da Educação Inclusiva no Brasil

Um dos primeiros acontecimentos da Educação Inclusiva no Brasil se remete a criação do Instituto dos Surdos-Mudos em 1855, dois anos depois, passou a se chamar Instituto Nacional dos Surdos. Nesta escola, dava-se ênfase ao aspecto literário e profissionalizante, enquanto os portadores de deficiência mental recebiam um direcionamento diferenciado, era dado um enfoque puramente médico sem nenhum caráter educativo (QUEIROZ; SILVA, 2001 apud SILVA FILHO; LIMA, 2012).

Apesar de algumas iniciativas isoladas e mesmo de cunho particular para promover a Educação Inclusiva, havia a necessidade da existência de uma base legal nacional. Se tratando da legislação brasileira sobre a defesa dos direitos das pessoas com deficiências, a Constituição de 1988 vem garantir os direitos do cidadão, inclusive o direito à educação, elegendo como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988).

Desde 1988 a constitucionalidade da Educação Inclusiva no Brasil é um fato, trazida pelo direito incondicional de todos os alunos terem acesso e prosseguirem a escolarização em turmas comuns, o que implica a ruptura de modelos organizacionais conservadores e envolvimento dos sistemas educacionais (MANTOAN; SANTOS, 2010).

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA é um instrumento legal que estabelece em seu artigo 53, que assegura a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, direito de ser respeitado pelos educadores, tendo acesso à escola pública gratuita nos arredores de sua residência. Enquanto no artigo 54, diz que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1990).

A política educacional de inclusão no Brasil é proposta no Parecer nº 17/2001 como superação das práticas sociais vinculadas à exclusão, a segregação e a integração, rompendo com as relações que tradicionalmente foram estabelecidas com as pessoas com deficiências (BRASIL, 2001).

O texto completo do Parecer nº 17/2001 consta de quatro partes: I. Relatório. II. Votos dos relatores. III. Decisão da Câmara. IV. Referências Bibliográficas. Este Parecer nº17/2001 apresenta um relatório sobre a educação especial na educação básica, sendo considerado como um documento orientador fundamental da política de educação especial na perspectiva da inclusão neste início de século XX (BRASIL, 2001).

No ano de 2003 o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Especial, cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, cujo objetivo seria a transformação de sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, garantindo o direito de acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade (BRASIL, 2008).

Passados cinco anos da criação do programa mencionado anteriormente, é lançada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Alinhada aos fundamentos da Educação Inclusiva, a Educação Especial deixa de ser substitutiva do ensino comum e passa a ser redefinida como modalidade suplementar à formação dos alunos (BRASIL, 2008).

O sistema educacional inclusivo, em todos os níveis, etapas e modalidades do ensino, é assegurado pela Lei 13.005/2014, apoiada pelas deliberações da Conferência Nacional de Educação, que determina atendimento às necessidades específicas na educação especial por parte dos Estados, Municípios e Distrito Federal, universalizando o acesso à educação básica e ao atendimento educacional para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades especializado ou superdotação, na faixa etária de 04 a 17 anos de idade (CARVALHO; OLIVEIRA, 2015).

2.2 A Educação Física Inclusiva

A Educação Física passou ao longo de sua consolidação como uma área cuja missão estava direcionada para o condicionamento do corpo o que sem dúvidas

limitava bastante o campo e atuação e a participação plural e coletiva dos indivíduos. Se constituía na verdade em um compêndio de atividades práticas voltadas a reorganizar gestos e atitudes para a manutenção da ordem corporal (SILVEIRA, 2020).

Eis que surgiam os gestos ginásticos conduzidos para promover saúde, desenvolver à vontade, a coragem e a força no indivíduo, estando atrelados a Medicina, sem esquecer que o médico determina quem podia ou não praticar os gestos ginásticos, deixando claro que nem todos poderiam se exercitar (SOARES, 2012).

Em meados da década de 1930, a concepção higienista tornou-se hegemônica no Brasil. E assim, a higiene, a raça e a moral tornaram-se a base nas primeiras tentativas de consolidar a Educação Física nas escolas brasileiras, buscando incorporar para a vida toda dos estudantes os hábitos e atividades preconizados na escola (SOARES, 2012).

No Brasil a Educação Física confunde-se em muitos momentos históricos com as instituições médicas e militares. Estas foram responsáveis por definir o caminho da área no país, delimitando o espaço e o campo do conhecimento que deveria ocupar (DARIDO, 2003 *apud* SILVEIRA, 2020).

O esporte adaptado que a Educação Física brasileira avança nas discussões sobre os direitos da pessoa com deficiência. O esporte adaptado surge nesse mesmo contexto do início do século XX, com os veteranos de guerra que tinham adquirido alguma deficiência durante a Primeira Guerra Mundial (FERREIRA, 2013 *apud* SILVEIRA, 2020).

Nas décadas de 60 e 70 do século passado, o esporte definiu o conteúdo de ensino da Educação Física Escolar, determinando também novas relações entre aluno e professor. O professor, que antes era visto como professor-instrutor passou a ser professor-treinador e, o aluno, que antes se caracterizava como aluno-recruta, passa a ser aluno-atleta (SILVEIRA, 2020).

Durante os anos 1970 que o termo “Educação Física Adaptada” se consolidou por meio da prática desportiva, como condição favorável ao processo de inserção social de crianças e jovens com deficiência (GIMENEZ, 2015).

Contudo, ao pensar numa adaptação das atividades desportivas para os indivíduos com necessidades especiais, a Educação Física Adaptada não proporcionou a inclusão de todos e não podendo ser sinônimo de Educação Física

Inclusiva por ser voltada apenas para os estudantes portadores de necessidades especiais (LEOPOLDINO, 2018).

O exercício da Educação Física Inclusiva é árduo, pois rompe com uma história cujo contexto envolve a exclusão, a alienação e ainda a marginalização daqueles considerados pouco hábeis, obesos, frágeis como o sexo feminino e os portadores de necessidades especiais (SOLER, 2009).

Apesar de Leis, de orientações curriculares a Educação Inclusiva no contexto não só da disciplina Educação Física, passou a ser um desafio e um problema ao mesmo tempo. Um desafio por ter que oportunizar aprendizagem para grupos cada vez mais heterogêneos e um problema por não ter nem conhecimento suficiente, nem estrutura adequada nas escolas que possam dar respaldo ao trabalho necessário para realmente fazer a inclusão acontecer (CHICON, 2010 apud SILVEIRA, 2020).

Assim, “a Educação Física escolar deve dar oportunidades a todos os alunos para que desenvolvam suas potencialidades, de forma democrática e não seletiva, visando seu aprimoramento como seres humanos” (BRASIL, 1997, p.24). Complementando as mais diversas necessidades dos estudantes em todas as etapas da Educação Básica, sem apartar e nem tão pouco manter um ensino que aparte (MANTOAN, 2015).

Uma aula de Educação Física é a oportunidade dos alunos estarem juntos na quadra e necessitar do outro para poder participar das atividades propostas. Independente da deficiência, percebeu-se que quando é dada a oportunidade e se respeita as limitações, o aprendizado se constrói de modo coletivo (ALMEIDA, 2015, p. 34 apud LOPES; MARCOLAN; ORTH, 2022, p. 156).

Nesta perspectiva, a Educação Física Escolar é uma disciplina importante no contexto de uma Educação inclusiva, pois através do trabalho planejado e direcionado conforme as necessidades de cada estudante com necessidades especiais possibilita uma adaptação das atividades assegurando o desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo (LOPES; MARCOLAN; ORTH, 2022). Ainda proporcionam segundo Oliveira (2013, p. 23) “a autonomia, o respeito, a cooperação, a compreensão, a cordialidade e a solidariedade entre todos os educandos”. Se traduzindo num processo interativo e integrativo.

Contudo, para o trabalho pedagógico do professor de Educação Física ser direcionado à inclusão, considerando as limitações e habilidades de seus estudantes, é necessário ressignificar sua formação profissional através da continuidade da sua formação inicial enriquecendo seu trabalho pedagógico (LOPES; MARCOLAN; ORTH, 2002).

3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

O estudo em apreço possui uma abordagem qualitativa que corrobora com o caminho metodológico adotado, facilitando a descrição dos problemas, a interpretação de comportamentos, atitudes, apresentando ainda uma significância ímpar nos processos de mudança (OLIVEIRA, 2010).

A pesquisa qualitativa visa entender, descrever e explicar os fenômenos sociais de modos diferentes, através da análise de experiências individuais e grupais, exame de interações e comunicações que estejam se desenvolvendo, assim como da investigação de documentos ou traços semelhantes de experiências e integrações (FLICK, 2009).

O referido estudo, ainda corresponde a uma pesquisa bibliográfica, pois o material já publicado seja na modalidade livro, artigo, dissertação, tese que aborde a temática em questão, fomentará a base teórica (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Apresentando como vantagem importante, segundo Gil (2008, p.50):

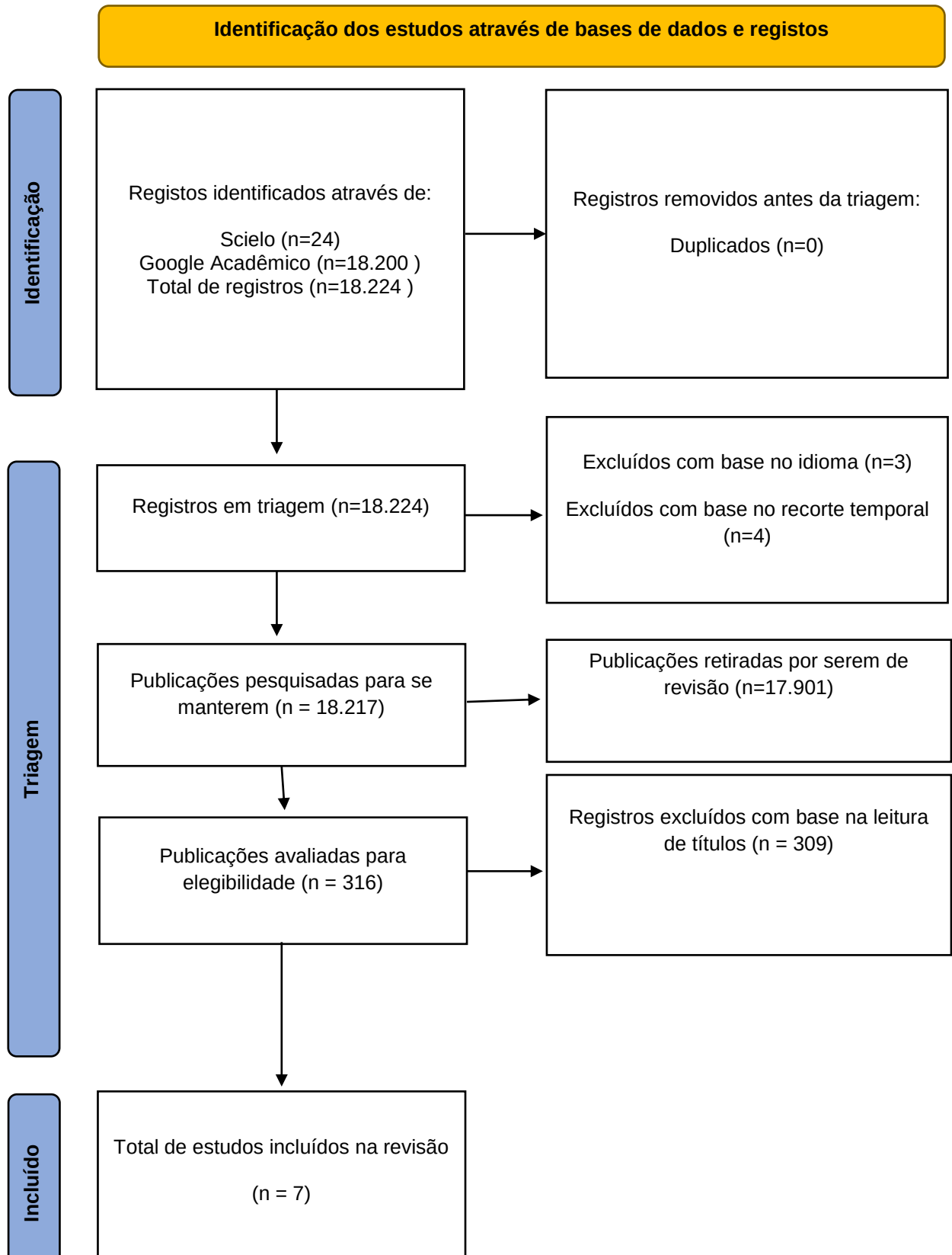
permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários.

Visando conhecer a produção do conhecimento está sendo realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados eletrônicas SCIELO e Google Acadêmico. Sendo utilizado os seguintes descritores na busca: “Educação Física Inclusiva”, “Educação Física Adaptada” e “Educação Inclusiva”, e os operadores booleanos para interligação entre eles foram: AND e OR.

Buscando refinar o levantamento bibliográfico nas bases de dados já mencionadas, alguns critérios foram estabelecidos tanto para incluir como excluir artigos científicos.

Sendo assim, os critérios de inclusão do uso dos artigos foram: 1) estudos publicados dentro do recorte temporal de 2015 a 2024; 2) estudos com conteúdo dentro da temática estabelecida; 3) artigos na Língua Portuguesa; 4) artigos originais. Os critérios de exclusão do uso dos artigos foram: 1) estudos indisponíveis na íntegra; 2) estudos repetidos; 3) revisão de literatura.

Figura 1 - Fluxograma de busca dos trabalhos



Fonte: Organizado pelos autores, 2024.

4 RESULTADOS

Dos artigos captados nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico, sete estavam aptos para análise conforme os objetivos estabelecidos neste estudo. Assim, o quando 1 expõe uma síntese dos sete artigos.

Quadro 1: Resultados encontrados nos levantamentos bibliográficos

AUTORES	OBJETIVOS	TIPO DE ESTUDO	POPULAÇÃO INVESTIGADA	INTERVENÇÃO	RESULTADOS
Cunha; Gomes (2017).	Analisar as concepções de inclusão que caracterizam os discursos de professores de Educação Física que acolhem estudantes com deficiência sensorial, física e/ou intelectual.	Estudo de caso.	2 professores de Educação Física.	Entrevista.	Ora eles defendem uma concepção inclusiva e, em outros momentos, defendem concepções segregacionistas e exclusivistas para pessoas com deficiência.
Missias-Moreira (2017).	Analisar as percepções de professores de Educação Física sobre a inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino.	Descritivo analítico.	9 professores de Educação Física.	Entrevista.	A falta de materiais e recursos, problemas na estrutura física da escola, formação continuada dos professores são barreiras/desafios para inclusão.

Gregoul; Malagodi; Carraro (2018).	Analisar as atitudes dos professores de Educação Física em relação à inclusão de alunos com deficiência no ensino regular.	Estatístico descritivo.	35 professores de Educação Física.	Questionário de atitudes (TIAQ).	São otimistas com relação à inclusão em suas aulas. destacando a falta de apoio recebido pela escola como uma barreira.
---	--	-------------------------	------------------------------------	----------------------------------	---

Quadro 1: Resultados encontrados nos levantamentos bibliográficos

AUTORES	OBJETIVOS	TIPO DE ESTUDO	POPULAÇÃO INVESTIGADA	INTERVENÇÃO	RESULTADOS
Krug; Krug; Krug (2019).	Analisar as percepções de professores de Educação Física (EF) de uma cidade da região central do Estado do Rio Grande do Sul sobre os desafios e os sentimentos expressos na docência com alunos com deficiência incluídos nas aulas de EF Escolar.	Estudo de Caso.	20 professores de Educação Física.	Entrevista.	Os desafios da inclusão de alunos com deficiência nas aulas de EFE giram, principalmente, em torno da dimensão estrutural da escola e/ou sistema educacional. os sentimentos expressos frente aos desafios da inclusão perpassam pela insegurança, medo, impotência, ansiedade, angústia, pânico e insatisfação.
Martins et al. (2019).	Identificar relações entre formação universitária e as habilidades docentes necessárias para o êxito da inclusão de crianças com deficiência na Educação Física Escolar.	Estudo quanti-qualitativo.	32 professores de Educação Física.	Aplicação de questionário.	Os maiores desafios destacados pelos professores atuantes com alunos PCD's foram: falta de conhecimento e conceitos; infraestrutura; frustração dos alunos; motivação do grupo de educadores e preconceito quanto a pessoa com deficiência (PCD).

Lopes; Marcolan; Orth (2022).	Descobrir como os professores estão preparados ao trabalhar com alunos especiais na escola regular.	Estudo qualitativo.	7 professores de Educação Física do Ensino Fundamental II.	Aplicação de questionários.	Apontaram lacunas e limitações na formação inicial e continuada.
--	---	---------------------	--	-----------------------------	--

Quadro 1: Resultados encontrados nos levantamentos bibliográficos

AUTORES	OBJETIVOS	TIPO DE ESTUDO	POPULAÇÃO INVESTIGADA	INTERVENÇÃO	RESULTADOS
Silva et al. (2024).	Identificar a percepção dos professores de Educação Física a respeito da inclusão na Educação Física Inclusiva na rede pública de Teresina/Piauí.	Estudo de corte transversal.	40 professores de Educação Física.	Questionário.	Destaca-se a necessidade de espaços adequados e materiais enriquecedores. A falta de apoio adequado para ministrar aulas inclusivas é evidente, mesmo entre professores com formação especializada.

Fonte: Organizado pelos autores, 2024.

O estudo realizado por Cunha e Gomes (2017) analisou as concepções de inclusão que caracterizam os discursos de professores de Educação Física que acolhem estudantes com deficiência sensorial, física e/ou intelectual. Visando alcançar o objetivo proposto os autores coletaram informações com dois professores através de uma entrevista e selecionados com base nos seguintes critérios: professores de Educação Física do Ensino Fundamental que possuíam em suas turmas alunos com deficiência sensorial, física e/ou intelectual; professores que já atuavam como educador físico escolar há, pelo menos, um ano; professores que concordavam em participar da pesquisa.

Os supracitados autores, obtiveram como resultados uma contradição no discurso dos participantes da pesquisa. Pois, ora expressavam opiniões favoráveis à inclusão e, em outros momentos, apresentavam um discurso a favor da integração

escolar e, até mesmo, defendiam a segregação escolar de crianças com deficiência. O que expõe a falta de clareza quanto a adoção de metodologias que agregem todos os alunos nas aulas de Educação Física, promovendo não só a inclusão como também o desenvolvimento global do estudante.

Portanto, esta contradição do discurso já impõe desafios no ensino e conseqüentemente na aprendizagem de estudantes com necessidades especiais. Assim, entre as principais dificuldades relatadas pelos professores está a falta de conhecimento referente à inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, justificando a falta de preparação para incluir.

O professor não pode pensar numa aula para estudantes com necessidades especiais e outra para os que não possuem necessidades especiais. Eles precisam agregar atividades no seu processo de ensino onde todos possam participar, interagir buscando o aprendizado conjunto através de um planejamento que considera o todo e não grupos de estudantes (GOMES; CUNHA, 2017).

Missias-Moreira (2017) realizou um estudo com nove professores de Educação Física de três escolas públicas estaduais do município de Jequié na Bahia com o objetivo de analisar as percepções de professores de Educação Física sobre a inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino. Utilizando como técnica na coleta de informações para atingir o objetivo geral, a coleta de dados a partir da entrevista semiestruturada.

Os resultados evidenciados por Missias-Moreira (2017) apontam que os desafios se tornam dificuldades e não ficam restritas as questões pedagógicas correspondem a um conjunto de aspectos que acabam por limitar a inclusão nas aulas de Educação Física, como os aspectos de ordem estrutural, arquitetônica, funcional e atitudinal.

Portanto, é necessário que as pessoas envolvidas nesse processo tomem consciência do que vem significar a inclusão social e qual papel que cada um deve ter para uma efetiva implantação da mesma, principalmente o professor que lida diretamente com os estudantes com necessidades especiais. Nessa tomada de consciência o professor deve reavaliar sua prática pedagógica unindo experiência e conhecimento teórico para que seus estudantes superem obstáculos, desafios (DUARTE et al, 2015).

Assim, os professores de Educação Física precisam de processos formativos para que possam utilizar recursos, materiais e estratégias que favoreçam a inclusão dos estudantes nas aulas de Educação Física (CUNHA, 2015).

Gregoul; Malagodi; Carraro (2018) desenvolveram um estudo com trinta e cinco professores de Educação Física de quinze escolas públicas de Londrina, os quais responderam individualmente ao *Teacher Inclusion Attitudes Questionnaire* (TIAQ) - Questionário de Atitudes dos Professores com relação à Inclusão, buscando analisar as atitudes de professores de Educação Física diante da inclusão de alunos com deficiência nas aulas regulares. A partir da análise das respostas dadas pelos sujeitos participantes da pesquisa, os autores identificaram que o paió recebido pelos professores é visto com pouco otimismo, o que pode interferir diretamente na inclusão. Mas, por outro lado, a aceitação dos estudantes diante de colegas com necessidades especiais ocorre positivamente, se contrapondo com os achados da pesquisa de Martins et al. (2019). Contudo, refletindo um trabalho prévio, planejado pedagogicamente por parte dos professores envolvidos. Ainda sendo apontados nos achados que a qualificação profisisonal, a busca por cursos durante a vida profissional podem ajudar o professor de Educação Física a ver com outor olhos a inclusão, reduzindo os entraves e desafios encontrados. Assim, percebe-se que a não continuidade dos estudos após término da Graduação pode acentuar os desafios no processo de inclusão, ao memso tempo que se torna um desafio.

Krug, Krug e Krug (2019) em seu estudo de caso desenvolvido com vinte professores de Educação Física, através de entrevista com sua amostra populacional procurou analisar as percepções de professores de Educação Física (EF) da Educação Básica, da rede pública de ensino, de uma cidade da região central do Estado do Rio Grande do Sul, acerca dos desafios e dos sentimentos expressos na docência com alunos com deficiência incluídos nas aulas da Educação Física Escolar.

Os referidos autores, descreveram um cenário em sua pesquisa que a falta de preparo/capacitação do próprio professor em lidar com alunos com necessidades especiais nas aulas, sendo um desafio na docência em Educação Física na Educação básica, mencionando a falta de acessibilidade/infraestrutura da escola como outro desafio enfrentado pelos professores que também foi identificado no estudo de Missias-Moreira (2017).

Um outro desafio apontado pelos sujeitos da pesquisa é a necessidade de um profissional especializado para acompanhar o estudante no processo inclusivo, pois pode contribuir na socialização deste estudante com o ambiente e os seus pares. Outros desafios mencionados nos achados da pesquisa são o preconceito que existe em relação aos indivíduos com necessidades especiais dificultando a inclusão e ainda a não participação destes indivíduos nas aulas de Educação Física.

Cabe ressaltar que os desafios supracitados, podem ser superados principalmente a partir de um planejamento pedagógico direcionado no combate ao preconceito e a inserção de atividades onde todos possam participar considerando as limitações dos estudantes com necessidades especiais.

Krug, Krug e Krug (2019) ainda constataram que os desafios elencados pela amostra participante da pesquisa se traduz em sentimentos como: a insegurança, medo, impotência, ansiedade, angústia, pânico e a insatisfação que acabam interferindo no trabalho docente de inclusão.

O estudo de Martins et al. (2019), realizaram um estudo com trinta e dois professores de Educação Física e através de uma aplicação de um questionário buscaram identificar relações entre formação universitária e as habilidades docentes necessárias para o êxito da inclusão de crianças com deficiência na Educação Física Escolar, mais especificamente no ensino básico (Ensino Fundamental e Médio) e compreender se os professores estão preparados para atuar com pessoas com deficiência. E com a análise proferida após aplicação dos questionários conseguiram identificar os seguintes desafios por parte dos entrevistados: falta de conhecimento e conceitos, infraestrutura, frustração dos alunos, motivação do grupo de educadores e preconceito quanto a pessoa com deficiência.

A pesquisa de Lopes, Marcolan e Orth (2022) teve como objetivo principal a ser alcançado descobrir como os professores estão preparados para trabalhar no seu cotidiano escolar com os estudantes com necessidades especiais, inseridos na escola regular. Assim, independente da necessidade que o aluno apresente, o professor precisa trabalhar para potencializar as capacidades e conhecimentos dessas crianças. Criar estratégias e metodologias e contar com o apoio da escola e de um apoio especializado, preconiza o pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1996).

A pesquisa em apreço apresenta como sujeitos, sete professores de Educação Física do Ensino Fundamental II da rede municipal e privada de ensino da

cidade de Lucas do Rio Verde no Mato Grosso que responderam um questionário enviado por e-mail. De acordo com um dos achados de Lopes, Marcolan e Orth (2022) o ato de realizar um palnejamento direcionado ao processo de ensino e aprendizagem de suas turmas, os sujeitos da pesquisa passam a oferecer atividades de acordo com as capacidades e habilidades cognitivas e motoras de seus estudantes com necessidades especiais, o que contribui para não ocorrer contradição entre o discurso como foi identificado no estudo de Gomes e Cunha (2017), refletindo na prática pedagógica que se configura como excludente.

Lopes, Marcolan e Orth (2022) apontam como principal desafio no seu estudo relatado pelos sujeitos participantes que as turmas e os alunos são diferentes, existindo uma necessidade de revisar teorias, conceitos e metodologias denotando a importância da formação inicial como também da continuada em relação a Educação Física Inclusiva corroborando com achados dos estudos de Martins et al. (2019).

O estudo de Silva et al. (2024) teve como objetivo geral Identificar a percepção dos professores de Educação Física a respeito da inclusão na Educação Física Inclusiva na rede pública de Teresina, Piauí. Para tanto, realizou a aplicação de um questionário com quarenta professores enfocando aspectos sociodemográficos, profissionais e desafios da inclusão.

Os resultados do estudo indicaram que maioria dos professores (92,5%) relatam não ter acesso a recursos e materiais adaptados, o que indica dificuldades na adequação das atividades para estudantes com necessidades especiais. A maioria dos professores (80%) acredita que a comunidade escolar não compreende os desafios da inclusão na Educação Física o que dificulta executar um trabalho mais efetivo voltado para inclusão. Além, de não terem o apoio adequado como detectado também, nos achados de Gregoul, Malagodi e Carraro (2018), para desenvolver um trabalho inclusivo por parte da administração escolar fazendo refletir, que não é só uma matrícula que indica inclusão e sim a participação do indivíduos com necessidades especiais em todas as atividades do ciclo escolar durante um ano letivo, assim é necessário rever as diretrizes que compõe o Plano Político Pedagógico da Escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva foi concebida a partir de inúmeras discussões e formalizada através de aparatos legais que norteiam sua prática no sistema educacional brasileiro. Contudo, fazer a Educação Inclusiva acontecer de maneira satisfatória e com resultados positivos em todas as modalidades da Educação Nacional ainda é uma utopia.

Muitos são os percalços que os professores se deparam nas suas salas de aula, pois muitas vezes não estão preparados para lidar com as necessidades especiais de alguns de seus estudantes. Isto, porque a preparação não aconteceu de maneira eficaz na sua formação inicial e muito menos existiu uma continuidade dessa formação inicial para suprir lacunas existentes ao longo da Graduação.

A formação continuada pode ser uma ferramenta auxiliar dos professores da Educação Básica, principalmente o de Educação Física, na busca de caminhos alternativos na prática pedagógica visando promover a inclusão de maneira que todos os estudantes participem das atividades, primando pela socialização entre os pares e o ambiente.

Os desafios encontrados na Educação Física Escolar, não podem ser vistos como entraves estanques que impeçam a inclusão. O professor, consegue superar desafios como a falta de uma estrutura física adequada e material didático, a falta de apoio pela administração escolar, do preconceito que possa estar presente nas turmas que atua, através de uma reflexão crítica de sua prática pedagógica e de um planejamento que priorize limitações e habilidades de cada aluno com necessidades especiais atrelando aos recursos que dispõe para realizar as adaptações necessárias, e assim, alcançar bons resultados no desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo de seus alunos, integrando todos no processo de aprendizagem e conduzindo ao rompimento do preconceito ou estigmas.

REFERÊNCIAS

ARTMANN, T.H. **Atividade física: conhecimento, motivação e prática de atividade física em adolescentes**. 2015. 37 fl. TCC. Bacharelado em Educação Física. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Santa Rosa-RS, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 20 mar. 2024.

_____. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 20 mar. 2024.

_____. Ministério da Educação. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação.** Brasília, dez/1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1997.

_____. **Parecer CNE/CEB n. 17 de 03 de julho de 2001.** Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Brasília: jul.2001. Disponível em: http://portal.mecgov.br/CNE/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaedcespecial.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CARVALHO, A.L.; OLIVEIRA, C.K. Educação inclusiva e seu impacto na prática pedagógica. In: V Encontro Nacional Sobre Atendimento Hospitalar – ENAEH. III Seminário Internacional de Representações Sociais- Educação. **Anais...** Curitiba: sn. 2015. p. 26503-26518.

CUNHA, R. F. P. 2015. Fortaleza.126 fl. **Educação física escolar: concepções e princípios sobre inclusão escolar de professores da Rede Municipal de Fortaleza.** Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará – UFCE. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14646/1/2015_disrfpcunha.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

Cunha, R. F. P.; Gomes, A. L. L. Concepções de professores de Educação Física sobre inclusão escolar. **Práxis Educativa.** v. 12, n. 2. p. 414-429, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=89453001007>. Acesso em: 30 set. 2024.

DUARTE, A. C. et al. Professores de educação física e a sua prática pedagógica em classes que alunos com deficiência estão inseridos. **Pensar a Prática.** v. 18, n. 1, p. 27-39, 2015.

FLICK. U. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, J. F.; LIMA, S. M. T.; RODRIGUES, V. Inter-relações discentes de uma turma inclusiva em aulas de Educação Física. **Revista Teoria e Prática da Educação.** v.8, n. 1, p.55-61, 2005.

FREITAS, J.F.; ARAÚJO, P.F. Inclusão escolar e a educação física: a participação dos professores de Hortolândia-SP. *Pensar a Prática*. v. 17, n. 1. p. 228-241, 2014.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENEZ, R. Percurso da Educação Física Adaptada: do paradigma teológico a uma prática inclusiva. In: GIMENEZ, R.; FREITAS, A. **Educação Física Inclusiva na Educação Básica: reflexões, propostas e ações**. Curitiba: Editora CRV, 2015.

GREGUOL, M.; MALAGODI, B.M.; CARRARO, A. Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física: atitudes de professores nas escolas regulares. **Rev. Bras. Ed. Esp.** v.24, n.1 p.33-44, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/HWcyz3zrkHLwYRMMCHT9j6D/>. Acesso em: 12 out. 2024.

KRUG, H.N.; KRUG, R.R.; KRUG, M.M. Docência e inclusão: os desafios e os sentimentos de professores de educação física na educação básica. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**. v. 4, n. 7. p. 19-34, 2019. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/5848. Acesso em: 30 set. 2024.

LEOPOLDINO, L.N. (org.). **Encontros educação física, 1o e 2o ano: manual do professor de educação física: componente curricular educação física: ensino fundamental, anos iniciais**. São Paulo: FTD, 2018.

LOPES, P.P.F.; MARCOLAN, S.G.; ORTH, A.C. Educação física escolar: os desafios para inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. **Revista Espaço Ciência & Saúde**. v. 10, n. 1, p. 153-167, 2022.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, L.T. et al. Inclusão de pessoas com deficiência na educação física escolar: um desafio possível ou utopia? **Caderno de Educação Física e Esporte**. v. 17, n. 1. p. 185-192, 2019. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/index>. Acesso em: 30 set. 2024.

MANTOAN, M.T.E.; SANTOS, M.T.C.T., **Atendimento educacional especializado; políticas públicas e gestão nos municípios**. São Paulo: Moderna, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.

MISSIAS-MOREIRA, R. Percepções de professores de educação física sobre inclusão. **Quaestio**. v. 19, n. 2. p. 291-306, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/2865>. Acesso em: 30 set. 2024.

OLIVEIRA, M.M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, F. 2013. Vila Real. 39 fl. **O Papel da Educação Física na Aprendizagem de Alunos com Necessidades Educativas Especiais**. Dissertação. (Mestrado). Universidade de Trás os Montes e Alto Douro. Disponível em: <https://repositorio.utad.pt/server/api/core/bitstreams/a235470f-161d-47ea-80d2-861d73af46e5/content>. Acesso em: 30 set. 2024.

RODRIGUES, D. A Educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **Revista da Educação Física da UEM**. v.14, n.1, p.67-73, 2003.

RODRIGUES, D.; RODRIGUES, L.L. Educação física: formação de professores e inclusão. **Práxis Educativa (Brasil)**. v.12, n.2. p. 317-333, 2017.

SILVA, A.C.C. et al. Reflexões dos professores de educação física: desafios na implementação de educação física inclusiva nas escolas. **Revistaft**. v. 28, ed. 137, p. 1-13, 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/reflexoes-dos-professores-de-educacao-fisica-desafios-na-implementacao-da-educacao-fisica-inclusiva-nas-escolas>. Acesso em: 30 set. 2024.

SILVA, S. G. *et al.* Os benefícios da atividade física para pessoas com autismo. **Revista Diálogos em Saúde**. v.1, n. 1. p. 127-145. 2018.

SILVA FILHO, A.M.; LIMA, E.A. Atendimento educacional especializado na educação infantil no centro de reabilitação e valorização da criança – Recife-PE. In: CAÇÃO, M.I.; CARVALHO, S.H.E. (Orgs.). **Políticas e práticas pedagógicas em atendimento educacional especializado**. Marília: Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 127-145.

SILVEIRA, A.A.T. 2020. 142 fl Natal. **Educação física escolar inclusiva: olhares e saberes de um grupo de professores do ensino público de Natal/RN**. Dissertação. Mestrado em Educação. 2020. 142 fl. Centro de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

SOARES, C. L. Educação Física: raízes europeias e Brasil. 5ª ed. **Revista Autores Associados**. Campinas, SP:R 2012.

SOLER, R. **Educação Física Inclusiva na Escola: em busca de uma escola plural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais**. Lisboa: IIE, 1994.